CÃ¢mara dos Deputados Impresso em 16/02/2009 14:58 - PÃ¡gina 22 de 64

Pensamos que não está completa a informação do Vice-Presidente da República, que preside aquela Comissão. Seria fundamental que houvesse dito à Nação, de forma clara e precisa, que o País sofrerá enormes dificuldades, de conseqüências ainda imprevisíveis, porque de setembro de 1973 — data de deflagração da atual política árabe de petróleo — a esta parte o Governo se omitiu por inteiro, levando o Brasil à situação calamitosa de hoje.

Deveria, igualmente, confessar, de modo irretorquível, que a incompetência oficial é mais culpada do que qualquer outra razão, pelo destroçamento que se verificou na economia nacional.

Não obstante a notória e comprovada incompetência dos homens que dirigiram a política energética brasileira, nos últimos anos, o que se vê é a manutenção dos mesmos nomes, no máximo, com a troca de cargos dentro da mesma área.

O Presidente da Comissão Nacional de Energia, que entrou agora neste terreno tão marcado pelos erros passados, deveria, em defesa de seus propalados conhecimentos técnicos, propor uma integral reformulação de nomes, a começar pela PETROBRÁS e pelo Conselho Nacional de Petróleo, cujos dirigentes já deram reiteradas demonstrações de despreparo e falta de aptidão para estas altas funções.

O vazamento de informações quanto ao último aumento de óleo diesel que propiciou violenta especulação, aliado ao ainda nebuloso contrato de risco estabelecido com o Iraque, cujas cláusulas previam, aparentemente, apenas o risco da PETROBRÁS e nenhuma compensação mesmo se descoberto petróleo, e, também, o incrível desaparecimento de noventa e quatro mil barris de óleo entre o terminal marítimo e a refinaria de Araucária, com prejuízos de vários milhões de dólares, já são razões mais do que suficientes para a imediata substituição daqueles que orientam ou, quem sabe, desorientam a política nacional de energia.

Fica, pois, a sugestão ao Presidente da Comissão Nacional de Energia, que chegou agora ao palco das decisões, para que proponha a imediata reformulação do quadro de dirigentes deste setor, confessando o total fracasso do Governo após tantos anos de crise.

O Brasil tem pressa e precisa de homens abnegados e competentes, que consigam recuperar, pelo menos em parte, o tempo que se perdeu em muito falatório e pouca ação.

O SR. ADHEMAR SANTILLO (MDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, indiscutivelmente, o mais importante tema de debates no Congresso Nacional, neste mês de agosto, é o que se relaciona com o projeto de concessão da anistia. Nós, do MDB, já manifestamos através de todos os nossos representantes a disposição de lutar para que a anistia seja ampla, geral e irrestrita.

É a família brasileira, é toda a opinião pública nacional que se mobiliza, no sentido de que este Congresso aprove as emendas necessárias para que todos aqueles que foram punidos por atividades políticas voltem ao convívio social e readquiram seus direitos, a fim de que possam atuar em todos os setores de atividade.

Já nos temos manifestado, mais de uma vez, a favor da anistia ampla, geral e irrestrita, inclusive e principalmente em favor daqueles que não tiveram outra alternativa senão empunhar armas para tentar modificar a situação da sociedade brasileira, imposta através de um governo implantado a partir de março de 1964. Sabemos perfeitamente o motivo que levou uma plêiade de jovens a lançar mão desse instrumento para tentar alcançar a liberdade que toda a sociedade exigia. Sabemos que, a partir do Ato Institucional n.º 5, de 1968, todos os canais de comunicação foram cortados; em conseqüência, tivemos a desorganização do setor estudantil, o impedimento da participação da juventude nos debates nacionais, a extinção dos partidos políticos e a manietação da atividade parlamentar. Os jovens não encontraram outra alternativa senão partir para a clandestinidade, através da guerrilha urbana e rural, para fazer a modificação desejada. Por isso, aqui estamos para pedir anistia, principalmente para estes que, lamentavelmente, agora são denominados de terroristas, por parte daqueles que detêm o poder. A propósito, Sr. Presidente, o **Correio Braziliense**, edição de ontem, traz a seguinte notícia:

> "PROCESSO DO ESTUDANTE QUE FABRICAVA BOMBAS
>
> Ao depor, na Auditoria Militar de Brasília, como testemunha de acusação, o soldado do Exército Paulo Roberto de Oliveira, apresentou elementos favoráveis ao processo a que responde Serafim Oliveira de Rezende. O estudante goiano, de Farmácia, foi denunciado nos artigos 28, 39 incisos I e II e artigo 45 do Decreto-lei n.º 898/69, por "promover atentado terrorista com fim subversivo".
>
> Serafim de Oliveira foi socorrido, em outubro do ano passado, por Paulo Roberto, com ferimentos causados pela explosão de uma bomba relógio, de fabricação caseira, na Praça do Botafogo, setor universitário de Goiânia, vindo a ser acusado pela sua fabricação autor do ato terrorista, motivado por "insatisfação com o regime político vigente no País".
>
> Segundo o processo, foram apreendidos em sua casa, panfletos de literatura "nitidamente subversiva" ficando caracterizado que pertencia à juventude socialista brasileira. Ontem, ao depor, o soldado Paulo Roberto, afirmou que, além de não ter encontrado panfletos no momento da explosão da bomba, soube, na época, com segurança, que Serafim tinha feito explodir a bomba "a título de experiência".
>
> O entendimento do juiz auditor Célio Lobão, da Auditoria de Brasília, é o de que se Serafim Oliveira de Rezende vier a ser condenado, pela prática de ato terrorista, mesmo em primeira instância, antes da promulgação do decreto de anistia, ora sob exame do Congresso Nacional, ele estaria excluído dos benefícios da medida. Esta interpretação contraria a tendência do Governo, que, segundo seus líderes, a anistia beneficiará todos aqueles que não têm sentença com trânsito em julgado."

Sr. Presidente, destaco apenas este fato, neste momento de abertura. Mas quantos não foram injustamente acusados e processados, inclusive condenados da maneira mais absurda? No caso de Serafim, sua própria testemunha de acusação agora vem de afirmar que não encontrou panfletos subversivos em seu poder e que a bomba não era para fins terroristas. Isto acontece só agora, mas serve para demonstrar que inúmeras injustiças foram cometidas. É por isso que pedimos a anistia ampla, geral e irrestrita para todos, principalmente para aqueles que são acusados de terroristas.

O SR. WALTER SILVA (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é incrível a insensibilidade política do atual Governo deste País ante o clamor nacional em prol de uma anistia verdadeira, que possa devolver à família brasileira a paz, a tranqüilidade e a verdadeira conciliação.

Ainda hoje tivemos oportunidade de apresentar um substitutivo ao projeto de anistia do Governo que, na verdade, de anistia não tem nada, mais se parece com um indulto, um perdão. O que se quer não é perdão, não é indulto: o que se quer, na verdade, é o esquecimento de fatos pretéritos para que esta Nação possa encontrar meios e modos de superar e resolver os problemas magnos deste País.

Ainda neste final de semana, lemos com tristeza que o líder dos professores do Rio de Janeiro, Godofredo da Silva Pinto, apenas porque, no exercício das suas funções de dirigente da Sociedade Estadual de Professores, achou por bem convocar a sua categoria profissional para deliberar democraticamente sobre os rumos a toamr, com relação à greve dos professores do Estado do Rio de Janeiro.

Este cidadão emérito, professor de grandes conhecimentos pessoais, foi arbitrariamente preso pelo DOPS do Rio de Janeiro, submetido a um interrogatório de várias horas, num processo realmente iníquo, que só serve para envergonhar a cultura e a inteligência brasileiras.

Deixamos registrado nos Anais da Casa o nosso protesto contra essas medidas de violência e de arbítrio, enquanto a própria América do Sul começa a se abrir para o regime democrático. Quando tomamos conhecimento de que, no Equador, vai assumir a Presidência da República um cidadão civil, eleito pela vontade do povo, em eleições diretas, livres e democráticas; enquanto na Bolívia também o Congresso se reúne para escolher seu Presidente, entre os candidatos vitoriosos eleitos pelo povo, num processo também de redemocratização; enquanto no Peru já foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte e dotada a Nação de uma nova Constituição, preparando-se para devolver o governo aos civis, no Brasil, assistimos à perpetuação de um regime militar, uma ditadura que a cada dia se esmera em requintar o processo arbitrário que tomou conta deste País e desemboca num processo econômico dos piores, mencionado até por jornais e revistas especializados — e aqui está o Relatório Reservado n.º 666, que circula de 30 de julho a 5 de agosto, a traçar um quadro dramático da economia brasileira, levada a essas circunstâncias por um regime autoritário que fracassou no seu projeto de Brasil Grande.

É hora, portanto, de devolvermos os destinos da Nação brasileira a um Governo de pessoas realmente competentes, eleitas diretamente pela vontade soberana do povo brasileiro. Que tenhamos como princípio uma anistia que seja verdadeiramente ampla, que possa alcançar a todos os presos e condenados, porque ninguém cometeu crime de sangue neste País. Se contabilizarmos as vítimas do chamado terrorismo e as vítimas feitas nestes 15 anos pela ditadura sanguinária que tomou conta do País, constataremos que o saldo, a crédito, do chamado terrorismo, é muito